



ARTIGOS / ARTICLES

O SENTIR DA TERNURA: O SÍNODO SOBRE A FAMÍLIA E SUAS IMPLICAÇÕES TEOLÓGICAS E PASTORAIS

The Feeling of Tenderness: the Synod on the Family and its Theological and Pastoral Implications

Cesar Kuzma *

RESUMO: O trabalho de pesquisa que aqui apresentamos busca oferecer uma reflexão a respeito do Sínodo sobre a Família e suas possíveis implicações teológicas e pastorais. Hoje, profundas transformações impactam sobre o contexto de muitas famílias, e estas nos desafiam pastoralmente e exigem de nós uma resposta coerente e comprometida com a fé professada, orientada no horizonte de Cristo e de seu Reino, de sua práxis. Foi o que projetamos com o título: o sentir da ternura. Evidenciamos diversas situações que ocorrem na realidade familiar e que reclamam uma atenção especial, seguramente, pastoral. Trouxemos alguns documentos oficiais do Magistério eclesiástico e suas novas ou possíveis interpretações. Confrontamos, ainda, os dois questionários do Sínodo, apontando, também, os seus limites. O projeto favoreceu uma visão mais próxima da realidade, no intuito de oferecer, de forma aberta e crítica, uma nova postura frente às realidades existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Ternura, Sínodo dos Bispos, Família, Desafios, Pastoral.

ABSTRACT: *The research presented here seeks to offer a reflection on the Synod on the Family and its possible theological and pastoral implications. Today, profound changes impact the context of many families and those challenge us pastorally and require a coherent and compromised to the faith that we profess, oriented on the horizon of Christ, his praxis and his Kingdom. This is what we project with the title: the feeling of tenderness. We evidence diverse situations that occur in the reality of several families and*

* Professor/Pesquisador do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Artigo submetido a avaliação em 13.03.2015 e aprovado para publicação em 18.03.2015.

require particular attention, specially pastoral. Some official documents of the Ecclesiastical Magisterium have been brought, along with its new or possible interpretations. We confronted also the two questionnaires of the Synod, pointing out its limits. The project favored a closer view of reality, in order to offer an open and critical way, a new posture to existing realities.

KEYWORDS: Tenderness, Synod of Bishops, Family, Challenges, Pastoral.

1 Para introduzir: de onde partimos?

Desde que assumiu o Pontificado, em março de 2013, o Papa Francisco tem despertado atenção e apreensão, novidade e respeito. O Papa que vem do *fim do mundo* não deixa de surpreender em cada detalhe, gesto e palavra. Suas atitudes encantam e inquietam, afagam e amedrontam. Sua postura encoraja e desestabiliza concepções e situações muito bem postas e definidas, por certo já emolduradas, mas que para ele necessitam de um novo afresco, de um novo tom e de um novo tempo (KUZMA, 2014, p. 196-200). O Evangelho é sempre novo, e, na novidade que traz, ele resplandece a alegria do serviço, pois ao mesmo tempo em que aponta para a luz do ressuscitado, enobrece a causa da caminhada do Reino e do compromisso inerente ao Evangelho, sobretudo pelos pobres e por todos aqueles que sofrem – é a missão da Igreja!

Francisco aponta para as causas do mundo com um modo peculiar e sensível, principalmente às pessoas e suas condições; nota-se que ele conhece, ele ouve e ele vê. É o pastor com *cheiro de ovelha* (EG 24)¹, atitude que ele convida toda a Igreja a ter, a exemplo de Jesus, que em seu ministério se dispôs a ouvir e a caminhar com seu povo. Tudo tem a sua importância. Francisco acusa também as questões internas da Igreja, que como tentações obscurecem a mensagem evangélica e não permitem uma saída em missão, voltada a Cristo e ao seu Reino (EG 76-109). Para ele, conforme falou no Santuário de Aparecida, em 2013, é necessário 1) conservar a esperança, 2) deixar-se surpreender por Deus e 3) viver na alegria¹.

Ao refletirmos aqui a respeito do Sínodo sobre a Família, dentre os vários sentimentos que surgem, sobressaem a *alegria* e a *esperança*, e é desta maneira que compreendemos este tempo eclesial, por conseguinte, o Sínodo que se desdobra e suas possíveis implicações teológicas e pastorais (mesmo sabendo que teremos limites!). Na alegria, Francisco nos convida a olhar o Evangelho de modo aberto e novo. As suas colocações

¹ Para este artigo, utilizaremos alguns documentos eclesiais, cujas referências, para uma melhor identificação, fazemos conhecer aqui: Constituição dogmática *Lumen gentium* – Vaticano II (LG); Constituição Pastoral *Gaudium et spes* – Vaticano II (GS); Decreto *Apostolicam actuositatem* – Vaticano II (AA); Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG); Encíclica *Deus Caritas est* (DCE); Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* (FC); Encíclica *Humanae Vitae* (HV); Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis* (SC).

eclesiológicas e pastorais que aparecem na Exortação *Evangelii Gaudium* nos dão uma amostra do que se pode antever. Trata-se de uma nova etapa evangelizadora (EG 1), na qual se deve arriscar e ousar (EG 24), a fim de discernir qual é o caminho que o Senhor nos pede (EG 20). Para tal, faz-se necessário, de modo inadiável (EG 27), converter toda a nossa pastoral no modelo de Cristo e do seu Reino (EG 26), para que a Igreja seja, de fato, uma mãe de portas e corações abertos (EG 46-49). É um discurso direto e comprometido com a causa que representa. É firme, mas também desponta na alegria que se faz valer pela certeza de quem caminha ao encontro do ressuscitado, que já se antecipa a nós e nos faz viver esta fé no advento de sua presença e do seu Reino. Na esperança, Francisco nos direciona a olhar para a Igreja, que sempre de modo peregrino deve seguir os passos trilhados por Jesus (LG 48), fazendo das opções dele as suas opções. Desta forma, espera-se que a Igreja se abra e faça valer na prática aquilo que já se pensou há 50 anos, no encerramento do Concílio Vaticano II, na *Gaudium et Spes*, onde se diz: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1). E mais: não há nada que ocorra no mundo que não encontre eco no coração de quem crê (GS 1). Isto é, a Igreja – Povo de Deus e todos nós – deve estar sensível a tudo o que a circula, pois pelo Reino ela se torna responsável por tudo e por todos; está em sua missão.

Notamos que tal intenção já apareceu em suas palavras e práticas, mas, em destaque aqui, dentro do seu discurso, no encerramento da III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos, em 18 de outubro de 2014. Ele diz:

E esta é a Igreja, a vinha do Senhor, a Mãe fecunda e a Mestra solícita, que não tem medo de arregaçar as mangas para derramar o azeite e o vinho sobre as feridas dos homens (cf. Lc 10,25-37); que não observa a humanidade a partir de um castelo de vidro para julgar ou classificar as pessoas. Esta é a Igreja Una, Santa, Católica, Apostólica e formada por pecadores, necessitados da sua misericórdia. Esta é a Igreja, a verdadeira Esposa de Cristo, que procura ser fiel ao seu esposo e à sua doutrina. É a Igreja que não tem medo de comer com as prostitutas e os publicanos (cf. Lc 15). A Igreja que tem as suas portas escancaradas para receber os necessitados, os arrependidos, e não apenas os justos ou aqueles que se julgam perfeitos! A Igreja que não se envergonha do irmão caído nem finge que não o vê, antes, pelo contrário, sente-se comprometida e quase obrigada a levantá-lo e a encorajá-lo a retomar o caminho, acompanhando-o rumo ao encontro definitivo, com o seu Esposo, na Jerusalém celeste (FRANCISCO, 2014³).

E ainda diz: “Esta é a Igreja, a nossa mãe!” (FRANCISCO, 2014³), que conduzida pelo Espírito Santo não pode errar na fé (LG 12), mas lança-se no caminho de Cristo e do seu Reino e vai ao encontro de toda a realidade terrestre, e ali faz a sua missão, no serviço, na atenção, na inclusão. É preciso perscrutar os sinais dos tempos (GS 4) e ouvir o que o Espírito diz à Igreja, hoje (cf. Ap 2,7). Com efeito, é exatamente

aqui que pretendemos lançar o nosso olhar e fazer transparecer o que chamamos de *sentir da ternura*, como uma reflexão a respeito do Sínodo sobre a Família, uma causa tão urgente e tão próxima da maioria de nós, que atinge a todos, sobretudo, os leigos, homens e mulheres de fé que têm na experiência familiar a sua percepção de vida, de mundo e de Igreja. Na *Evangelii Gaudium*, Francisco diz que pela sua encarnação, “o Filho do Homem convidou-nos à revolução da ternura” (EG 88). Isto é, ao sentir do outro, com o outro e no lugar do outro. Faz-se necessário, pois, desprender-se para ir ao encontro. Entende-se aqui, também, uma Igreja que sai, em saída (EG 24), que se dispõe a encontrar os outros no caminho, junto às suas alegrias e esperanças, tristezas e angústias. Esta Igreja – que somos todos nós – é uma Igreja que sai e se despoja para acolher a todos e entendê-los; elas os ouve e os manifesta (é a sua voz), ela cura as suas feridas sem acusar, mas encoraja e enobrece a sua vontade, pois tem como fundamento maior o amor de Deus. Esta Igreja *sente* no amor; mas um amor *terno*, desprendido, sensível e disposto. É o *sentir da ternura* que somos chamados a ter e que Cristo nos convida, sempre. O amor é a medida de todas as coisas: Deus amou tanto o mundo que por amor enviou-nos o seu Filho (cf. Jo 3,16), que nos amou desde sempre, despojou-se (cf. Fl 2,7), estendeu-nos a mão (cf. Jo 8,11), curou as nossas feridas (cf. Lc 17,11-14), sentou-se conosco (cf. Lc 7,36), e nos amou até o fim (cf. Jo 13,1). É o que se almeja sentir, na ternura.

Analisando por este olhar e apoiado nas intuições percebidas do Papa Francisco, que pedem coragem e discernimento, levantamos a ideia de que o Sínodo sobre a Família não quer pôr em questionamento a doutrina da Igreja e as compreensões acerca do Sacramento do Matrimônio e das famílias. Por certo, ele visita e visitará essas questões e as aprofundará e até pode vir a ousar entender sob outro olhar, algo que pode e deve ser feito! (KASPER, 2014). Porém, o Sínodo pretende estar mais à frente do que isso, pois entende que a dimensão sacramental é um dom de Deus e, por essa razão, alimenta a fé e conduz à maturidade. Não se questiona a sacramentalidade, o que se quer, no entanto, é expressar que a compreensão e a dimensão do sacramento – nem sempre tão presentes e acessíveis – não podem ser um peso para as pessoas em suas relações matrimoniais e em suas famílias. É necessário também uma linguagem nova, com uma nova teologia, a partir de leigos e leigas que vivam esta experiência matrimonial (TABORDA, 2005, p. 102). Outro ponto que se destaca é que, um Sínodo como este, tendo em conta tudo aquilo que o rodeia, não pode repetir o que já se tem e que já foi afirmado em documentos e sínodos anteriores, sem qualquer aprofundamento e sem qualquer desenvolvimento da doutrina, conforme falou abertamente o Arcebispo de Dublin, Diarmuid Martin, em entrevista coletiva, durante os trabalhos do Sínodo². Apenas

² Um pouco das discussões que cercaram o Sínodo pode ser encontrado na seguinte referência do IHU: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/536214-arcebispo-de-dublin-diz-que-o-sinodo-esta-desenvolvendo-a-doutrina-da-igreja>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2015.

repetir e reafirmar sem qualquer sensibilidade ao que acontece na vida das famílias de hoje, ignorando até mesmo as consultas e debates que foram feitos e que estão sendo realizados, seria esvaziar a intenção e o conteúdo do próprio Sínodo.

Há que se levantar ainda (e discutir!) que a distância que existe entre o amor de Deus – que é a medida do amor humano (DCE 11b) e que tangencia também o sacramento do matrimônio – e o limite e a fragilidade humana na capacidade de amar não podem ser um peso, ou uma falta tão grave que levem os fiéis ao afastamento ou à exclusão [!]. Isso seria incompreensível e até mesmo incoerente com a proposta do Evangelho. Sempre há espaço para a misericórdia (EG 37), caso contrário seria a negação do próprio amor que deve sustentar a prática cristã (CASTILLO, 2010, p. 89-91), uma vez que ele “tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta” (1Cor 13,7). Trata-se do amor encarnado de Deus, assumido em Jesus Cristo de forma plena, que mesmo diante da fraqueza humana, do limite e da incompreensão, capaz até de rejeitar o amor, continua a amar e a se doar de forma profunda e radical (DCE 12): amando-nos e se entregando por nós até o fim (cf. Jo 13,1). Deus é amor (cf. 1Jo 4,8), e é no amor misericordioso que Deus revela o seu poder (EG 37) e a sua intenção para todos nós (KASPER, 2013). É evidente, porém, que este amor de Deus nos constrange e nos inquieta, ele nos incomoda e até amedronta (cf. 2Cor 5,14), também pastoralmente. Mas o mesmo amor é capaz de libertar e de transformar, e é aí que mora toda a esperança.

Baseando-nos no texto conciliar e no discurso de Francisco, sabemos que a Igreja se importa com o que as pessoas sentem e busca compreender as suas fragilidades e sofrimentos, por vezes, sem culpa. Diante disso, mesmo com alguns movimentos contrários dentro do próprio colégio dos bispos, percebe-se que o Sínodo quer propor uma palavra *com* e em *tom* de esperança, num caminho de encontro, com uma Igreja que é *mãe, mestra*, mas que também é *pastora*, e como tal, cuida e protege os seus filhos, cura as suas feridas e leva os que estão machucados para dentro de sua casa, onde há abrigo, alimento e proteção (EG 47). Ninguém está só e ninguém deve ser deixado para trás (cf. Lc 15,4-7), da mesma forma que ninguém deve se sentir condenado (cf. Jo 8,11). A ação humana não pode ser condição para a graça, pois antes, por primeiro, encontra-se a ação de Deus, e esta ação condiciona a nossa ação, em atitude de resposta: daí a conversão, daí a graça é santificante. “Ele nos amou primeiro” (1Jo 4,19).

Esta intenção sobre o Sínodo já se projetava pelas próprias atitudes e discursos do Papa Francisco, ainda que de modo gradual e coloquial, mas surgiu também com um sentimento de união por uma causa comum, da vontade do Papa, da conversa com outros bispos, do novo clima eclesial que se mostrou favorável e das expectativas de mudanças, além do contato

sempre próximo com as pessoas e as comunidades. As pessoas, as comunidades e pastorais foram consultadas neste Sínodo; eis uma novidade que não deve ser destacada! Ressaltamos também: a referência dada às mães separadas e/ou solteiras (que para Francisco não existem, elas são mães!); aos casais separados, divorciados e/ou recasados e/ou em segunda união; aos homoafetivos e suas condições na família, na sociedade e na Igreja; à Eucaristia como alimento e remédio para todos (e não apenas para os perfeitos! – EG 47) e as diversas situações que avançam sobre nossas famílias e que fazem parte da nossa estrutura cultural, social e, também, eclesial, já que tais situações não acontecem mais fora, em um lugar distante, mas no seio de nossas comunidades, junto às nossas pastorais e instituições, junto às nossas famílias e as demais famílias que nos rodeiam. Em muitos casos, são feridas abertas, cuja rigidez doutrinária e/ou jurídica nada acrescentam e não curam, pois é necessário descer, rebaixar, escutar e sentir (cf. Fl 2,5). Pede-se, então, um passo além da penitência e da culpabilidade, mas se encoraja à misericórdia, este amor desprendido e sensível, capaz de se abaixar ao máximo para encontrar o sujeito de seu amor; e, ao modo de Jesus, sentir visceralmente (CASTILLO, 2010, p. 94). Será que não seria por aí o *sentir na ternura*? Este é o conceito fundamental do Evangelho, o amor com que Deus nos amou e nos ama (KASPER, 2013).

A intenção do Sínodo é que essas coisas sejam discutidas, refletidas e amadurecidas e que se busque um *sensu comum*, uma resposta na comunhão, mesmo que em meio a disputas e diversidades. Palavras de Francisco na abertura dos trabalhos do Sínodo: “Uma condição geral de base é a seguinte: falar claro. Que ninguém diga: ‘Isto não se pode dizer; pensará de mim assim ou assim...’. É necessário dizer tudo o que se sente com *parresia*” (FRANCISCO, 2014²). Isto é, dizer com coragem. É o sentido do *Sínodo, syn-odos*, a busca de um caminho comum da Igreja inteira, onde se quer caminhar em diálogo com a humanidade. Agora, porém, é a hora da discussão, é hora da *quaestio disputata*, e nesta a presença da liberdade se faz primordial. Francisco concedeu este direito na missa de abertura do Sínodo, ao dizer que “o Espírito dá-nos a sabedoria, que supera a ciência, para trabalharmos generosamente com verdadeira liberdade e humilde criatividade” (FRANCISCO, 2014¹). Que esteja aí a nossa *parresia*! E é nesta liberdade e humilde criatividade que ousamos tecer algumas breves implicações teológicas e pastorais.

2. Algumas questões que tocam as famílias e a Igreja, hoje

A seguir, trataremos algumas questões que envolvem o Sínodo e outras que desafiam a(s) família(s) na atualidade, as quais, por essa razão, são objetos de nossa reflexão.

2.1 Um Sínodo sobre a Família – o que está em jogo?

A intenção de se propor um Sínodo sobre a Família vem acompanhada de grande expectativa que pode, por um lado, trazer novas aberturas da Igreja às diversas realidades que hoje nos tocam; mas pode, também, por outro lado, gerar uma grande frustração, caso as esperanças que foram despertadas não realizem o seu destino. Apontamos esta perspectiva para a Igreja, enquanto instituição em si, mas também nas diversas comunidades de fé e frentes pastorais que se espalham pelo mundo todo, cujas pretensões e esperanças de seus membros nos são bem próximas. Isso se dá pelo fato de que este Sínodo, em particular, ao ser convocado pelo Papa Francisco logo no início do seu Pontificado e devido às fortes reações que a ideia deste evento despertou nos fiéis, também pelas palavras encorajadoras de Francisco e por seus gestos concretos, fez com que o Sínodo pretendesse (e ainda pretende) tocar em situações bem próximas e bem íntimas da vida das pessoas, algo que lhes diz respeito e que merece uma atenção cuidadosa. Em contrapartida, tende a aproximar as famílias e as pessoas do discurso e prática eclesial, ou, enfim, terminará por afastá-las de vez, ou, não sabemos o que seria pior, se cultivará uma vivência eclesial na indiferença, casos que hoje já não são isolados, infelizmente, haja vista que existe uma distância grande entre o que é proposto para as famílias e para os casais nos documentos do Magistério e a prática e a realidade vividas, sobretudo no âmbito da sexualidade (SALZMAN; LAWLER, 2012, p. 21-26). Isso é um fato.

No acompanhar dos discursos de Francisco, em uma leitura atenta da sua *Evangelii Gaudium*, bem como algumas frases curtas, mas bem colocadas, certamente pensadas, ficou claro e evidente a intenção do Papa, seguramente, para o bem da Igreja e para uma profunda renovação eclesial, em todos os níveis. Mesmo assim, por evocar o Concílio Vaticano II, Francisco respeita e quer a colegialidade, um caminhar de todos com todos (*syn-odos*), onde a função do Pontífice seja a de sustentação na caridade, jamais propenso ao domínio ou a fazer valer a sua ideia como única verdade (EG 16). Isso fez com que nas discussões sinodais que ocorreram até agora, várias opiniões se fizeram presentes, desde as mais abertas até mesmo aquelas que nada querem mudar, por medo, talvez, de perder a identidade da fé, a catolicidade; o que, em nossa opinião, seria um erro, uma vez que o Evangelho se faz sempre novo e encoraja a novos rumos, pois é o Espírito que conduz a Igreja, e ele é livre e nos torna livres. Isso não significa que se mudará a doutrina, mas se aprofundarão, buscarão novas respostas dentro da própria tradição, deixando-se guiar pela ação do Espírito, que é quem conduz a Igreja (LG 4).

Por certo, nota-se a intenção do Papa e de seus interlocutores, sobretudo pelos cardeais Walter Kasper e Óscar Rodríguez Maradiaga, pelo Arcebispo Bruno Forte, pelo Pe. Adolfo Nicolás, superior dos Jesuítas, e outros, mas

também se percebem as objeções doutrinárias com o Cardeal Gerhard Müller e outros, e até de modo mais explícito e radical com o Cardeal Raymond Burke e em algumas frentes mais tradicionalistas, bem como em alguns níveis que não falam abertamente, mas que silenciosamente tecem a sua opinião. Isso não significa que os pontos já estejam traçados, ao contrário, a discussão ainda tende a ser ampla, pois os aspectos que gerem a família hoje e sua relação eclesial/social são muitos e merecem, pela natureza deste Sínodo e de sua intenção e magnitude, serem visitados e contemplados. Isso é fundamental. Deve-se dar voz às realidades; é importante ouvir as diversas situações, tanto as pretendidas (FC 15) quanto as que desafiam a Igreja a uma atitude de maior diálogo e entendimento³. Tal intenção, que deve ser e permanecer aberta, torna-se necessária para que o encontro da família *com a Igreja e na Igreja* (a qual fazem parte e constituem) seja sólido, fecundo, edificante e transparente.

O fato é que o tema deste Sínodo e suas possíveis implicações teológicas e pastorais para a vida da Igreja mexeu com muitos setores, fazendo repensar, revisitar o sentido da família, no apontar de sua natureza e da questão sacramental, de seus desafios e de sua contribuição para a missão de toda a Igreja. *Quais são os desafios da família, hoje?* Perguntou o primeiro questionário, seguramente mais ousado, simples e direto. *E qual é a vocação e a missão da família, na Igreja e no mundo contemporâneo?* Pergunta o segundo questionário, por certo, mais limitado. Os questionários que foram enviados e as repercussões, respostas e discussões que ocorreram fora e nas assembleias do Sínodo, os testemunhos das famílias durante o evento, mas também fora dele, descrevem tal empreendimento. Surgem aí duas outras perguntas: 1) *O que a Igreja espera da família, hoje?* E isso vale para o seu situar-se no mundo moderno, diante dos desafios existentes, das novas realidades e novas configurações de família, cuja compreensão vai muito além de nossa cultura, e da vocação e missão a que é chamada. 2) *O que a família espera da Igreja?* Nota-se aí um exercício maior, porque a realidade das famílias na atualidade e as situações como vivem, seja com os filhos e comunidade, seja na relação entre os cônjuges, na sua sexualidade, também quanto às novas configurações familiares, exige da Igreja uma nova postura, um novo olhar, por certo de diálogo e de atenção. A harmonia entre essas duas perguntas é que pode suscitar um bom êxito das conclusões sinodais. De modo evidente, as duas sessões e os dois instrumentos se complementam e se exigem mutuamente. Querer pensar a vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo (questionário 2), cujo binômio (Igreja e Mundo) *urge* ser superado, deve levar em conta os desafios e as realidades existentes em cada família e nas suas múltiplas formas de se expressar e nos seus desafios, internos e

³ Sobre isso, destacamos a reportagem publicada no IHU em 26 de fevereiro de 2015: < <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/540248-peticao-de-grupos-de-reforma-pede-ao-vaticano-para-diversificar-as-vozes-leigas-no-sinodo-sobre-a-familia>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2015.

externos à própria família (questionário 1), muito além da cultura ocidental que fixa a norma e o modelo na Igreja⁴. É no enfrentamento das realidades presentes e difíceis de cada família que se pode conceber a vocação e a missão da mesma, uma vez que cada família, por seus membros, é chamada à vocação e missão na realidade onde está e é ali que ela vive a sua fé e busca o seu caminho de santidade (LG 31b; 41; AA 11).

O que se percebe, porém, é que não é longe um pensar, ou até mesmo um afirmar, que existe uma distância muito grande entre aquele projeto ideal que a Igreja pensa e deseja para as famílias cristãs – sustentados pelo sacramento do Matrimônio – daquela realidade em que muitas dessas famílias vivem. Ignorar tal ponto seria como que fechar os olhos a algo tão aparente e que acontece a nossa volta, sob o nosso olhar, em nosso convívio, sociedade e comunidades. Se a proposta de um Sínodo sobre a Família não ousar dar uma resposta para aquilo que se apresenta e cuja consulta aberta demonstrou bem, fazendo isso de modo ordenado e seguro (aí a importância do aprofundamento e do discernimento), este evento entrará para a história como algo já superado e não desejado, além de não refletir a voz das comunidades e o anseio que nele se projetou. Não seria apenas Francisco e seus interlocutores que perderiam, mas toda aquela alegria e esperança que foram suscitadas e que descrevemos acima seriam aterradas. Levando em conta, hoje, a autonomia com que as pessoas vivem e decidem eticamente o seu agir, nem sempre com consideração àquilo que a Igreja pensa e diz, tal atitude, de fechamento, teria uma conotação negativa, ruim. Para tal, faz-se necessário que a Igreja – enquanto instituição – não diga às famílias e ao povo o que deve ser, e como é, e porque tal coisa é assim e porque tal coisa deve ser assim..., mas que ela faça – juntamente com todo o povo que é a Igreja – uma análise profunda da situação aos olhos humanos, naquilo que é real e concreto na sociedade, aberta a especialistas e disposta ao diálogo, mas iluminada, sempre, pelos olhos da fé, tendo Jesus e o seu Reino como exemplo, ponto de partida e seguimento; nesta sensibilidade (CASTILLO, 2010, p. 93-95), na *ternura* que evoca a ação da Igreja.

A Igreja que ensina deve ser a mãe que ouve e que acolhe; no ouvir e no acolher encontrará junto aos seus filhos o melhor caminho que deve ser seguido. Vejamos como o tema se desdobra.

2.2 A família diante de uma nova realidade – situações que doem em nós e nos desafiam

Não seria novidade alguma dizer que a família e sua configuração (e/ou outras e novas configurações) passam por profundas transformações na

⁴ Isso foi apontado por José M. Castillo, em artigo publicado em seu blog: *Familia y matrimonio. Reflexiones ante el Sínodo*: <<http://blogs.periodistadigital.com/teologia-sin-censura.php/2014/10/03/p358410#more358410>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2015.

atual sociedade, seja em seu jeito próprio de ser e de se situar, seja pela sociedade e cultura atuais, onde ela se encontra e se expressa. Tais situações geram crises e dificuldades em vários âmbitos, também religiosos e eclesiais – são novos desafios pastorais que nos chegam e que nos questionam, seguramente. Em verdade, o título do documento preparatório para a III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos, que ocorreu em outubro de 2014, trouxe como título: *Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização*. Dentro deste documento é que se formularam as primeiras perguntas e suscitaram as primeiras discussões e apreensões do que se poderia esperar. Por certo, evidenciam-se os diversos problemas sociais e eclesiais que tocam as famílias e a Igreja pastoralmente, mas além de um serviço humano e moral, a Igreja e este Sínodo também trazem a preocupação para o espaço e a transmissão da fé, que com a fraqueza do vínculo familiar (nos moldes do que se projeta culturalmente em documentos oficiais do Magistério eclesiástico) e sua vulnerabilidade social e eclesial perdem a sua dinâmica e o seu importante papel na missão de todo o povo de Deus (*Documento preparatório*, 2013, n. I).

Em âmbito eclesial, desde o Concílio Vaticano II, principalmente pela *Gaudium et spes*, a Igreja tem se voltado a esta questão – de modo direto ou indireto – e alguns documentos do Magistério eclesiástico do pós-Concílio têm se debruçado sobre a realidade da família em suas novas condições e em sua missão, como foi o caso do Sínodo de 1980, o que gerou em 1981, a Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, do Papa João Paulo II, muito embora questões que tocam a(s) família(s) tangenciam outros documentos e uma série de pronunciamentos, também das Conferências Episcopais. Mas na *Familiaris Consortio*, por exemplo, logo em seu início, acentua-se que as transformações que atingem a família em nossa época (e isso há mais de 30 anos!) são *rápidas e profundas* (FC 1), o que, por esta razão, e em nosso olhar, justificaria um novo Sínodo que trate sobre a família, já que se passaram mais de 30 anos de sua realização (e dois Papas!); além disso, os diversos problemas existentes no atual contexto e que nos desafiam são novos e/ou não se fizeram ouvir tão claramente naquela ocasião (*Documento preparatório*, 2013, n. I).

Diante de uma Igreja que se quer em *saída e ousada* (EG 24) e frente a estas urgentes questões, uma *nova atitude* se faz necessária, e isso é o que se espera do Sínodo e do que se pode projetar no pós-Sínodo. Devemos colocar, porém, que nem sempre uma nova atitude esperada vem a acomodar todos os problemas e urgências que foram apontados, isso seria até inconsequente e incoerente com tamanha pretensão, mas necessitaria – e isso sem hesitação – em disposição e sensibilidade para ouvir, para na sequência discernir, entender e responder, sempre com um intuito primário na pastoral, no serviço às pessoas e com o olhar firme no horizonte de Cristo e do seu Reino. Dessa forma, caminharíamos para o acerto e para o crescimento. As mudanças, principalmente no que se refere à ética e a

Igreja nem sempre são rápidas; a escuta, o discernimento, o entendimento e a resposta podem levar certo tempo. O que não se pode é fechar as portas e dar o debate por encerrado. No aspecto familiar e da moral que a envolve faz-se necessária, de modo austero, uma abertura ao diálogo e a novas posturas.

O fato de a família ser constituída por pessoas que se relacionam e interagem entre si faz dela um organismo vivo, que junto com a sociedade onde está situada, encontra-se sempre em transformação. Nem sempre a atitude eclesial (por parte de alguns membros) é de acolhida, compreensão, escuta e entendimento a essas realidades diversas, o que gera dor, sofrimento e angústia a muitas dessas famílias; na verdade, a pessoas concretas. Mário A. Sanches, em um debate que envolve a moral familiar, diz que “as reflexões éticas são morais e abstratas, as pessoas vivem situações históricas e contextualizadas, por isso é necessário afirmar que um princípio geral forma, orienta e alerta a consciência, mas não a obriga necessariamente” (SANCHES, 2013, p. 11). Podemos dizer que o mesmo vale para a Igreja, sua doutrina e a prática pastoral no que confere à família: uma coisa é o que se chegou como *depositum fidei*, outra é a relação e a vivência desta fé pela prática diária, por pessoas concretas, que amam e que carecem de amor, diante das certezas e incertezas que cercam o existir de cada um e de cada uma. Temos aí um limite entre aquilo que se teoriza sobre a família – como condição única – e a prática correspondente – em diversas condições – nem sempre alinhada ao que foi teorizado.

Por esta razão que identificamos estas novas realidades que avançam diante da família e da Igreja como situações que *doem em nós*, em aproximação com o que se disse na Conferência de Aparecida (2007) a respeito dos pobres, como *novos rostos que doem em nós* (cf. DAp 402), rostos sofredores. Ali já se retratava alguns casos que hoje merecem e clamam a nossa atenção, e se pode, muito bem, incluir nesses *novos rostos* a realidade de muitas de nossas famílias, a saber, por exemplo: 1) a situação difícil de muitos matrimônios, no seu aspecto socioeconômico e jurídico, na submissão da mulher, na diferença entre os gêneros, na desigualdade e na dificuldade de educar os filhos e na própria subsistência; 2) somam-se a esses fatores a violência doméstica e os inúmeros casos de abandono do lar e dos membros familiares (cônjuges e filhos); 3) a questão dos casais separados/divorciados e sua participação na sociedade e na Igreja, sobretudo, às mulheres, que são as que mais sofrem discriminação – na sociedade e na Igreja; 4) também neste aspecto, nessa situação que envolve as diversas famílias separadas e divorciadas, entra a questão dos filhos, o seu futuro e sua educação para a vida – e também a transmissão da fé e seus valores; 5) os casais de segunda união que encontram na sociedade e na Igreja uma barreira de continuidade e de participação efetiva, além da dificuldade de inclusão eclesial e no acesso aos sacramentos – firmemente negados (FC 84); 6) os homoafetivos e sua relação na família, na sociedade, na Igreja e

como realidade conjugal; 7) a tarefa da paternidade/maternidade responsável, mas também, deve-se destacar, de modo mais amplo, a parentalidade ou a *metaparentalidade* (SANCHES, 2013)⁵, que envolve as questões de reprodução assistida, situações já presentes em muitas famílias cristãs e católicas; 8) e também aqui, a pesada culpa que se lança aos casais no que tange ao planejamento familiar e no uso de métodos de contracepção, como se a sexualidade humana e conjugal não se pautasse no amor, no respeito e na responsabilidade para com o cônjuge e para com os filhos que provêm desta relação; 9) dentre outras situações que podem surgir e que podem trazer sofrimentos à(s) família(s) e a sua *vulnerabilidade* hoje, até mesmo aquelas cuja sociedade e cultura nos são distantes.

Diante de todas essas questões (e outras!) não se pode fechar os olhos e afirmar que tudo está certo para quem crê; que é assim e pronto, está decidido... [!], pois também sobre quem crê pairam a dúvida e a incerteza, o que exige discernimento e maturidade. E sobre isso, já advertia o teólogo Ratzinger:

Quem, na estranheza do empreendimento teológico dirigido aos homens de nosso tempo, levar a sério a sua missão, experimentará e reconhecerá não apenas a dificuldade de fazer-se entender, mas também a insegurança da sua própria fé e o poder aflitivo da incredulidade presente em sua própria vontade de crer (RATZINGER, 2005, p. 33).

Então, trazendo este raciocínio interpretativo para a nossa reflexão, dizemos que pensar a vocação e a missão da família, como quer o Sínodo de 2015, exige também um olhar interno para as situações de nossas famílias, como se aventurou, de início, o primeiro questionário, como um *status quaestionis*. E se o sacramento, sob o qual muitas delas estão vinculadas é um *sinal de salvação* para o mundo, no olhar da fé, o mesmo deve ser também um *sinal de santificação* para elas, para que a graça possa atuar e engendrar um novo momento, um novo tempo, de restauração e de liberdade. Cabe à Igreja – que somos todos nós – favorecer também esta intencionalidade. Não podemos ficar omissos e impor um modelo totalmente pronto. É necessário perscrutar os sinais dos tempos (cf. GS 4) e ouvir o que o Espírito Santo nos diz; só ele é capaz de retirar a nossa incredulidade e dar-nos segurança para na fé entender, e com isso, dirigir às famílias de nosso tempo um discurso que seja coerente e prático para ser seguido, sem peso, mas sensível ao que condiz e perspicaz no que se propõe.

⁵ Ao usar a expressão *metaparentalidade*, Mário A. Sanches chama a atenção ao fato de que nesta nova condição que envolve a reprodução assistida, cuja realidade hoje é bem próxima de nossas famílias e comunidades/pastorais, mais pessoas estão envolvidas na geração de novos filhos do que simplesmente o casal e o seu leito conjugal. Para ele, a discussão ultrapassa os limites do matrimônio e chega aos consultórios e clínicas especializados, criando uma nova concepção para a fecundidade da nova vida humana, não mais presa ao matrimônio e à sexualidade. Cabe à Igreja, em sua opinião, ajudar a discernir e orientar sobre as diversas posições éticas, mas se deve, como posicionamento, salvaguardar a reta consciência de cada casal e/ou das pessoas, para que de forma livre, faça-se a opção de forma responsável (SANCHES, 2013, p. 2-5).

2.2 A família como realidade cultural diversa

O constituir família, o viver em uma *casa comum*, ultrapassa as intenções e compreensões religiosas, mas está no próprio modo de se formar e de se viver em sociedade. O ser humano não vive só, ele não se realiza sozinho; ele precisa, obrigatoriamente, de alguém outro, de um Tu, alguém ou grupo a quem possa se referir (como identidade) e se reportar (enquanto projeto de sua existência). Portanto, viver em família – não importa qual seja a sua configuração – está no âmbito antropológico e as variações culturais dessa percepção e suas múltiplas formas enriquecem o sentido e horizontes humanos (FABER, 2008, p. 247-248); salvaguardando, porém, que em muitos casos e modelos ainda existentes imperam a violência, a discriminação e a exploração da pessoa humana, sobretudo da mulher e das crianças (*Documento preparatório*, 2013, n. I; *Relatio Synodi*, 2014, n. 6); também em meios e contextos próximos a nós (*Relatio Synodi*, 2014, n. 7). Isso não pode ficar alheio ao nosso debate, pois está no íntimo da fé cristã o anseio pela dignidade da pessoa humana, sua proteção e destino e realização últimos.

Este dado cultural, no entanto, mesmo parecendo óbvio, surge como algo importante para a nossa proposta, uma vez que se entende que não é a fé cristã ou qualquer outra religião ou tradição que determinam, em princípio, um modelo familiar. Antes disso, é a própria sociedade, cujos laços se unem em família(s) que desdobra uma compreensão e, aos poucos, pela inculturação da própria religião, em nosso caso, da fé cristã, esta intenção vai se moldando e se consolidando, também como experiência de fé e de verdade. Um simples olhar pela tradição judaico-cristã já nos oferece este testemunho, daquilo que se pode ver no AT, com várias formas de relacionamento, até o que se presencia no NT, no tempo de Jesus e posterior a ele, quando a Igreja nascente tece algumas *recomendações* a este respeito; e o faz com um tom teológico, evidente, mas firmado em um amplo contexto cultural, que deve ser entendido (FABER, 2008, p. 248-253; TABORDA, 2005). Neste sentido, algumas interpretações que são feitas do AT e NT devem ser vistas junto ao contexto cultural em que foram escritas e na finalidade pela qual se fez tal determinação. Trazer para hoje, como modelo pronto e sem qualquer reflexão e interpretação, faz com que um modelo bíblico – que deve ser visto de modo histórico-cultural e teologicamente – torne-se algo totalmente equivocado e até mesmo perigoso, podendo cair num fundamentalismo, chegando a ser, até mesmo, excludente, agressivo e fechado à própria proposta do Evangelho.

Sem ignorarmos, pois, que existem outros grupos e configurações familiares e que muitos deles também fazem parte da tradição cristã, teceremos aqui um olhar mais próximo a nossa realidade cultural, para que de forma mais segura (ao nosso olhar) possamos contribuir com a reflexão, fazendo-a aberta, firme e segura, sem qualquer pretensão de que seja única. Basicamente, é o olhar da cultura ocidental, na qual estamos inseridos. É

preciso se fazer notar, primeiro, que existem outras realidades e situações, que, por certo, fogem ao nosso conhecimento, o que necessitaria de uma inculturação a mais por parte da Igreja e de todos nós. Precisaríamos ter acesso às respostas dos questionários destes lugares para ver quais são os seus verdadeiros problemas, ou se aquilo que nos aflige também toca a eles eclesial e socialmente; ou, com certeza, eles devem viver e trazer à tona outros problemas, relativos ao seu contexto. Mas este é um dado que não temos e que também se distancia da nossa intenção, que tende a ser mais objetiva em alguns pontos. Segundo, dentro da nossa realidade, existem problemas sérios, graves, que precisam ser visitados e explorados e o ambiente que se criou para este Sínodo tornou-se de certa forma favorável, e é aqui que postamos os desafios da família e suas novas realidades.

Vale também dizer, que mesmo diante da cultura ocidental onde estamos inseridos, o ambiente cultural, próprio de um contexto pós-moderno é diverso e plural; ele se modifica constantemente e nos assusta, e é claro que todo este contexto atinge a família e sua situação. Tal prerrogativa vai exigir de nós – enquanto Igreja e teologia – uma atitude *kenótica*, de desprendimento na intenção pastoral.

3. O debate sobre a família, os dois questionários, os desafios e os limites

O primeiro questionário tratou de apontar com mais ênfase alguns desafios que descrevemos acima (2.2), pois era próprio de sua intenção, o que gerou grande debate, principalmente com relação à situação dos casais em segunda união, o acesso à Eucaristia e o caso das uniões homoafetivas, além de outros pontos levantados. As perguntas já precisavam estas realidades e na sua sequência investigativa apuravam o comportamento pastoral das comunidades/pastorais e das pessoas em atenção a tais fatos. Interessante notar que, ao perguntar sobre um/o problema em si, o próprio questionário já denunciava (se este fosse o caso do respondente) a omissão pastoral e/ou desconhecimento de tal realidade. Exemplo: você ou sua comunidade conhecem [...]?; e o que é feito, que medida pastoral é oferecida para [...]?. Um ponto positivo deste questionário, além de ser mais simples e direto, era que ele antevia a realidade e chamava a atenção à doutrina do Magistério correspondente. De maneira bastante óbvia, perguntava do conhecimento que se tinha de tal doutrina e/ou do documento, bem como os seus contrastes e quais aprofundamentos seriam necessários a este respeito; bem como à atitude pastoral que se deveria seguir ou fazer acontecer.

O segundo questionário, enviado para a preparação do Sínodo de 2015, visa a vocação da família na missão da Igreja, do modo como ela pode contribuir, sem deixar, é claro, de cuidar das feridas internas e das rela-

ções que já foram apontadas no questionário anterior (*Relatio Synodi*, 2014, n. 44-59). Para tal, o questionário se propõe a *escutar, olhar e confrontar*. Realizadas já como resultado do debate do Sínodo de outubro de 2014, as perguntas já trazem um novo tom, e são mais extensas. O questionário destaca algumas situações conflitantes e insere a Igreja numa prática ativa, conclamando as famílias e suas Pastorais a uma resposta na sociedade a partir da fé, em conformidade com o ensino da Igreja, sem contudo, rever alguns posicionamentos. Com efeito, a ideia de uma reflexão interna, conforme aconteceu no primeiro questionário já não é tão evidente. Isso, seguramente, não invalida o fato de a Igreja consultar os seus fiéis sobre a realidade em que vivem, a fim de iluminar um caminho que deve ser seguido. No entanto, questões emergenciais que foram destacadas e que surgiram num primeiro debate ganham outro rumo, ou passaram a ser colocadas em segundo plano, o que traz dúvidas sobre o futuro do Sínodo e suas implicações.

Expliquemos melhor:

O primeiro questionário e a Assembleia Extraordinária do Sínodo em outubro de 2014 tocaram em temas bastante caros às famílias e sensíveis para toda a Igreja, o que gerou um grande debate entre os padres sinodais e profundas reflexões em diversos meios. Evidenciaram-se ali, também pelo testemunho de famílias, a situação de casais em segunda união (e outras próximas a isso), o acesso ou não à Eucaristia, o caso dos homoafetivos; também, é claro, casais e famílias em perfeita harmonia com a doutrina da Igreja, bem como outras realidades, algumas próximas aos ensinamentos oficiais e aquelas que merecem atenção e cuidado. Notamos que as discussões desta sessão estavam até intencionadas a revisitar alguns elementos da doutrina e buscar neles uma nova linguagem. É dentro desse contexto que o presidente do Conselho dos Cardeais, Oscar Maradiaga disse ao Cardeal Gerhard Müller, Prefeito da Congregação para a Doutrina da fé: “deverias ser um pouco mais flexível ao ouvir outras vozes”⁶. Essa intenção de rever alguns pontos já não aconteceu no segundo questionário, pelo menos não de modo tão explícito, o que não diminui, conforme já dissemos acima, a sua intenção e o valor da consulta. Destacamos, também, que o Cardeal Müller, tão aberto às questões sociais e alinhado às perspectivas da Teologia da Libertação, mostrou-se reticente quanto a alguns posicionamentos e possíveis aberturas pastorais, travando um debate teológico com o Arcebispo Bruno Forte, na tarde do dia 07 de outubro de 2014, que naquela ocasião, defendia o acesso à Eucaristia a casais em segunda união⁷.

⁶ Cf. <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/527545-deverias-ser-mais-flexivel-pede-maradiaga-a-mueller>>. Acesso em 02 de março de 2015.

⁷ Cf. <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/536060-comunhao-aos-divorciados-confronto-entre-dom-mueller-e-dom-forte%20>>. Acesso em 02 de março de 2015.

Em destaque, o acesso à Eucaristia a casais em segunda união ou a pessoas em situação irregular (canonicamente), mas que no interior de suas vidas guardam a essência do Evangelho e testemunham Cristo pelo batismo e amam a Igreja a qual pertencem e seguem, foi um ponto bem debatido e elucidado pelos padres sinodais e que, ao que se espera, deve ter uma resposta pastoral positiva. A Eucaristia é um remédio e um encontro íntimo e pessoal com Cristo, disse Francisco na *Evangelii Gaudium*, sustentando o seu discurso em Ambrósio e Cirilo de Alexandria (EG 47 e nota 51), que escatologicamente já antecipa toda a realidade futura e faz sentir a misericórdia e o amor (CODINA, 2014, p. 202-204; BOFF, 2004, p. 161-179). As razões colocadas na *Familiaris Consortio* que impedem o acesso desses fiéis à Eucaristia são verdadeiras (FC 84), não questionamos, pois se fundamentam na aliança firmada entre Cristo e sua Igreja, na qual se fundamenta o sacramento do Matrimônio, enquanto *mysterion* e *sacramentum*. No entanto, ao olhar apenas por esta direção, corre-se o risco de diminuir demais e não ver a amplitude teológica que se atinge no sacramento da Eucaristia e a sua importância para tudo que envolve a dinâmica cristã (KASPER, 2004)⁸. O argumento de que a prática pode induzir os demais fiéis ao erro torna-se fraco (FC 84), se pensar uma Igreja que se faz peregrina, que caminha e que busca a maturidade do seu existir, tecendo a sua plenitude no edificar de seus fiéis, no tocar e curar as suas feridas com um amor que é rico em misericórdia.

Outro ponto que mereceu destaque e deve ter uma repercussão mais prática e ágil é uma nova estrutura para tratar dos casos de nulidade, aspecto que já é cobrado em outros documentos e que surgiram em outras discussões eclesiais; também neste Sínodo. Não se trata, pois, de flexibilizar a lei (isso as discussões do Sínodo deixaram bem claro), mas de tornar a decisão mais próxima das comunidades e com um acompanhamento mais prudente e justo (*Relatio Synodi*, 2014, n. 48).

⁸ Sobre o assunto da Eucaristia a literatura é vasta e cairíamos em fragmentação, ou limitação de nossa intenção, caso optássemos por indicar apenas algumas obras a mais. A intenção de indicar Walter Kasper é que ele 1º) está envolvido no debate, é da confiança de Francisco para o futuro da Igreja e para o Sínodo, 2º) é padre sinodal, além, é claro, 3º) de ser um importante teólogo da Igreja Católica. Neste livro, que referenciamos, *Eucaristía y Iglesia* (que tivemos acesso em espanhol) ele trata da *íntima relação existente entre Eucaristia e Igreja*. Nesta obra, especificamente, ele não toca na questão dos matrimônios tidos como *irregulares* e o acesso dessas pessoas à Eucaristia, o apelo que se dá é para a unidade da Igreja; tiramos daí as nossas conclusões. Kasper tem uma obra sobre o Matrimônio, que na sua versão em espanhol, traz o título: *Teología del Matrimonio cristiano*, edição espanhola de 1984; em alemão, de 1981. Contudo, ele teceu argumentos em favor do acesso à Eucaristia a estes casais em seu discurso na Assembleia do Sínodo de 2014 (*Biblia, Eros e Família*), a pedido do Papa Francisco, cujo grande questionamento foi: se eles podem comungar espiritualmente, por qual razão não podem comungar também sacramentalmente? Temos aqui importantes argumentos para a discussão.

Todavia, um aspecto bem caro e que de certa forma avança sobre a doutrina do sacramento do Matrimônio, que atinge as famílias e é motivo de longa discussão e debate não avançou tanto – de certa forma, ausente – e, sob o nosso olhar (de alguém externo ao Sínodo) é algo extremamente presente na realidade familiar, e, portanto, deveria ser tratado ou evidenciado, deixando a questão ainda aberta para um debate mais consistente, se for o caso. Trata-se da questão da *fecundidade*, o gerar filhos, um ponto fundamental do sacramento que deve estar *sempre* aberto à vida.

Nós não negamos esta intenção e ela é válida, haja vista que o amor, expresso aqui na forma conjugal, não tem um fim em si mesmo, mas transcende ao próprio casal, gerando vida, colaborando na criação de Deus (GS 50; FC 14); o que queremos, enfim, é elucidar que estar aberto à vida é algo muito mais amplo do que a própria sexualidade do casal, vista, às vezes, ou até, muitas vezes, apenas e infelizmente, num âmbito restrito e negativo, limitada ao intercurso sexual (o ato biológico em si). Mas o ato sexual em si mesmo é mais do que simplesmente um ato reprodutor. A sexualidade humana possui várias dimensões que vão além desta percepção: ela é física, emocional, psicológica, espiritual e relacional (SALZMAN; LAWLER, 2012, p. 182-196). Mais: “A união sexual justa e amorosa cria e nutre o amor, a própria essência do discipulado cristão; ela *faz amor*, como dizemos em linguagem atual” (SALZMAN; LAWLER, 2012, p. 182). Esta reflexão tem como base a *Gaudium et Spes*, que afirma que o amor conjugal, que une homem e mulher,

se exprime e se realiza de maneira singular pelo ato próprio do matrimônio. Por isso os atos pelos quais os cônjuges se unem íntima e castamente são honestos e dignos. Quando realizados de maneira verdadeiramente humana, testemunham e desenvolvem a mútua doação pela qual os esposos se enriquecem com o coração alegre e agradecido (GS 49b).

Dentro disso, o ponto número 7 do primeiro questionário chama a atenção para a Encíclica *Humanae Vitae*, do Papa Paulo VI, que na ocasião de sua publicação (e ainda hoje) suscita debates e interpretações, de seus defensores e de seus re-visitadores (SALZMAN; LAWLER, 2012). O ponto 7 do primeiro questionário não inibe a intenção da Encíclica, que trata da *regulação da natalidade*, dos métodos contraceptivos (com especial recusa aos métodos não naturais), mas aponta para a dificuldade da mesma nos dias de hoje e abre espaço para novas interrogações (pelo menos se pode puxar isso da pergunta, já que ela suscita este debate), ao perguntar sobre quais pontos podem ser melhorados e quais os contrastes entre o ensinamento da Igreja e o ensinamento civil. Eis aqui algo urgente e que – em nossa opinião – não poderia ser ignorado e, para tal questão, a Igreja deveria se valer de especialistas em moral familiar, bioética e em reprodução humana para clarear e suscitar questionamentos e novas interpretações, haja vista que as realidades presentes em nosso contexto diferem e muito das

situações que nortearam a decisão da Encíclica (quase 50 anos!); é o que acusa, por exemplo, Hans Küng, ao tocar na questão do preservativo e da pílula (KÜNG, 2012, p. 40-41; 143-146).

Ao evidenciar a questão do preservativo, que veio muito depois, Hans Küng argumenta que se trata de uma falsa dedução do direito natural e que se prende ainda à questão de que todo o ato sexual deve estar aberto à procriação e se destinar a esta finalidade – uma tese que vem da Igreja antiga, no período da Patrística, e que ainda hoje, mesmo em diferentes contextos, se sustenta. Hans Küng diz que Bento XVI, após uma viagem à África, onde os casos de AIDS são numerosos e reclamam da Igreja uma atenção, havia ameaçado mudar de opinião quanto ao preservativo, em alguns casos, porém, não fez valer a sua opinião na sequência, o que Küng considera como “uma pena!”, pois sem ferir a doutrina cristã, poderia se caminhar para uma questão ética, através da qual ele poderia abrir uma nova perspectiva e frente de diálogo (KÜNG, 2012, p. 41). No que diz respeito à pílula, o que atinge também outras formas de contracepção artificiais impactadas pela *Humanae Vitae*, mesmo que tenham surgido depois, Küng expõe o contexto em que surgiu a Encíclica, 1968, muito próximo a divulgação do primeiro comprimido anticoncepcional, 1960, o que trouxe outras perspectivas para os casais, sobretudo para as mulheres, no que diz respeito ao seu corpo e controle da sua sexualidade, uma vez que agora a mesma, com o recurso da pílula, não estaria vinculada somente à reprodução. Sem dúvida, isso mexeu com a instituição e, mais ainda, no seu discurso moral, pois deveria dar uma resposta a seus fiéis, que agora estariam impactados por essas novas descobertas.

Ao se propor aqui, como discussão aberta ao Sínodo, que se deve visitar a *Humanae Vitae* e procurar novas interpretações a estas situações, não se quer tratar de anulá-la, mas atualizar a sua intenção, colocando-a em debate com novas perspectivas.

Vale recordar aqui que o debate sobre o planejamento familiar e a contracepção por meios artificiais não entrou no Concílio Vaticano II, quando na *Gaudium et Spes* tratou-se sobre a família. Vimos acima, que o período destas descobertas foi bem próximo ao período do Concílio, anos de 1960. A pedido do Papa João XXIII, para este tema específico, criou-se uma comissão de especialistas que iria se reunir e recolher estudos que pudessem favorecer uma decisão e escolha segura, em conformidade com a doutrina da Igreja. O resultado, então, ficaria para o pós-Concílio. Na *Gaudium et Spes*, a única menção que temos é que o Matrimônio se ordena à procriação e à educação dos filhos, onde os cônjuges aparecem como *cooperadores* do amor de Deus. No entanto, esta exigência do sacramento deve ser desempenhada

com responsabilidade cristã e humana e, num respeito cheio de docilidade para com Deus, formarão um juízo reto, de comum acordo e empenho, atendendo ao bem próprio e ao bem dos filhos, seja já nascidos, seja que se preveem nascer, discernindo as condições seja materiais seja espirituais dos tempos e do estado de vida e finalmente levando em conta o bem comum da comunidade familiar, da sociedade temporal e da própria Igreja (GS 50).

Interessante se fazer notar aqui, como já dizia o saudoso Cardeal Martini, que o Concílio está à frente do seu tempo. Em respeito à fecundidade do matrimônio, ele pede responsabilidade cristã e humana, juízo reto e discernimento, levando em conta o bem comum da família, da sociedade e da Igreja. Neste mesmo artigo (GS 50), afirma também que o matrimônio não foi concebido apenas para a procriação, mas para que se firme, amadureça e se realize no amor. E quando os filhos tão desejados não vêm, por razões diversas, este amor fecundo se traduz em outras formas, demonstrando que a natureza do amor não se fecha em si mesma, mas se abre sempre ao novo. É o amor que gera vida.

Ainda no que diz respeito à *Humanae Vitae*, vale recordar, como a própria Encíclica faz e os estudos posteriores também demonstraram, que a proposta apresentada ao Papa Paulo VI, envolvendo especialistas, concluía que não haveria problema algum o fato de a Igreja aceitar o uso de tais questões, pois a relação que envolve os esposos e a fecundidade matrimonial pertencem a horizontes muitos mais amplos. Em outras palavras, tal prática não iria ferir a moral cristã, mas seguiria no diálogo aberto e que foi proposto pelo Vaticano II, sobretudo, pela *Gaudium et Spes*. Contudo, o Papa Paulo VI não aceitou este estudo, mesmo sendo a opinião da maioria, e ignorou (sem refutar – o que é importante!) a discussão a estas realidades, fazendo a opção pela opinião da minoria (SALZMAN; LAWLER, 2012, p. 248-251); situações confirmadas e mantidas pelos seus sucessores, João Paulo II e Bento XVI.

No entanto, acreditamos que a questão ainda é aberta e pode suscitar debate e diálogo, levando em consideração o modo de vida e as diversas situações que atingem vários casais hoje em dia, que participam da vida da Igreja e que, por razões diversas e tão *naturais* do seu contexto, fazem-se valer de tais práticas, o que nos coloca novamente em uma *visão da maioria*, conforme a opinião dos especialistas que fizeram a recomendação ao Papa Paulo VI. A pergunta a se fazer é: qual a verdade que o Espírito nos está impelindo neste momento? (SALZMAN; LAWLER, 2012, p. 257). Mário A. Sanches, que já citamos, parte do argumento, extraído de um discurso de Bento XVI no Brasil, que diz, a Igreja quer indicar valores morais e caberá às pessoas decidirem de forma consciente e livre (SANCHES, 2013, p. 5). O próprio Vaticano II, pela *Gaudium et Spes*, diz que “a transmissão responsável da vida não depende apenas da intenção sincera e reta apreciação dos motivos, mas deve ser determinada segundo critérios

objetivos tirados da natureza da pessoa e de seus atos” (GS 51), e tudo se orienta no contexto do verdadeiro amor (GS 50), que é o que torna pleno o sacramento e é a medida de todas as coisas (DCE 11).

Assim, de modo prático, todas essas realidades que apontamos acima devem ser tocadas e jamais esquecidas em âmbito eclesial, além deste Sínodo. Elas dizem respeito a situações de pessoas concretas que sentem e vivem tais realidades. Faz-se necessário olhar de frente e com um olhar profundo. E, com destaque ao nosso último ponto, urge olhar a Tradição, visitar o Concílio e encontrar novas pistas que vão além da Encíclica *Humanae Vitae*, além de outras realidades que envolvem separação, segunda união e acesso à Eucaristia; situações diversas, gravíssimas, que destacamos acima.

4 Conclusão: aonde queremos chegar?

Muito do que acima apontamos e refletimos já trouxe, de certa forma, a nossa opinião e a nossa intenção. O que pretendemos aqui, ao modo de conclusão, é escolher e reportar dois pontos, que consideramos graves, importantes e urgentes, e que, como escolha pastoral, a fim de dar uma resposta objetiva, pode suscitar um caminho seguro, coerente e responsável.

4.1 Sim, ao acesso à Eucaristia pelos casais em segunda união e/ou separados/divorciados que contraíram um novo casamento

Este é um ponto polêmico e que acalorou o debate sinodal até aqui – e ainda encontra-se em aberto [!]. A nossa opinião a este respeito já ficou clara nas linhas anteriores e fazemos questão de firmar aqui a nossa intenção pastoral, no clamar a Igreja por um *sim*. Esta afirmação tem fundamento apropriado na própria essência do sacramento da Eucaristia, cuja riqueza inesgotável ainda não nos permitiu ver a tal ponto, um mistério *que se crê, que se celebra e que se vive* (SC 1-2).

Uma vez que a Igreja afirma que a Eucaristia é o alimento que constitui a Igreja e que ela se faz necessária para a edificação dos fiéis e para a sua caminhada rumo a Cristo, negá-la àqueles e àquelas que, mesmo machucados e feridos, muitas vezes sem culpa, seguem, perseguem e persistem no seu amor a Cristo e à Igreja seria uma negação do próprio conteúdo que sustenta este sacramento. É de conhecimento que as ações pastorais que aderiram a esta nova práxis, de modo consensual, equilibrado, maduro e respeitoso, lograram bom êxito e esta nova realidade tampouco causou escândalo ou induziu ao erro outros fiéis, pois tal postura tende a retratar o próprio caminhar da comunidade. A extensão da Eucaristia a

muitos desses casais aproximou a Igreja dessas realidades difíceis e difusas e ofereceu aos que estão caídos e enfraquecidos, alimento e remédio para a vida concreta. Será que não entraria aqui o pedido do Papa Francisco para que sejamos facilitadores da graça e não seus reguladores (EG 47), ou de modo mais enfático: poderemos segurar o Espírito?

Refazemos aqui a pergunta feita pelo Cardeal Walter Kasper em sessão do Sínodo e apoiada pelo Papa Francisco, que leu o seu texto anteriormente e o aprovou: se uma pessoa nessas condições, totalmente vulnerável, acompanhada e amparada pela sua comunidade de fé, e que se mantém fiel a Cristo, pode comungar *espiritualmente*, por qual razão ela então não poderia também comungar *sacramentalmente*, já que esta realidade visível e sensível se faz favorável e aproxima o fiel do próprio Cristo, que por ele deu a sua vida e foi fiel até o fim? A isso chamamos amor – e ele é a essência da Eucaristia e o fundamento maior da vida cristã.

Na *verdadeira liberdade e humilde criatividade* que Francisco nos concedeu e nos permitiu na abertura da III Assembleia Extraordinária do Sínodo é que queremos aqui firmar como *sim* a nossa decisão a esta questão e reflexão conclusiva.

4.2. Um olhar teológico: Deus que se fez humano, em Cristo, assumiu as nossas dores e tristezas, alegrias e esperanças, e, em família, assumiu também a nossa vulnerabilidade

Ao propormos aqui uma reflexão conclusiva, queremos tomar como exemplo, a vida de Jesus e seu tempo, sobretudo, naquilo que lhe foi próximo, a sua família.

Seguindo aqui uma leitura canônica dos Evangelhos da infância, num intuito mais pastoral e sem qualquer pretensão de entrar nas questões exegéticas que tangem tais questões e suas implicações cristológicas, verificamos que temos uma realidade hostil e insegura nos fatos que circulam a família de Nazaré. Sabemos pouco a respeito de José, apenas nos é dito que era um homem justo (cf. Mt 1,19). A situação de Maria – com exceção das vezes que sua presença tem referência a Jesus – também nos é oculta. E ainda tem a questão dos que são chamados irmãos de Jesus... No entanto, um destaque é possível de se fazer quando esta jovem, Maria, antes de contrair o casamento, percebe-se grávida. Sem entrar nas questões teológicas que perpassam tal fato, perguntamos de modo bem simples: qual seria o destino comum para uma jovem nesta condição? Por certo, nada acolhedor, o que colocava em risco a sua própria vida e da criança em seu ventre. Em nosso entender, é aí que vem a beleza do relato, às vezes, não perceptível e ignorada, pois somos tentados a ler o evento de modo romântico, projetando no casal José e Maria, condições contemporâneas nossas, que tampouco poderiam existir. O que aconte-

ce? José, o carpinteiro da vila, tido no relato como homem justo, faz em Maria a sua justiça e acolhe ela e seu filho em sua casa, garantindo a ela e ao filho segurança; e perante todos, José assume a paternidade de Jesus, dando a ele um nome e uma identidade (cf. Mt 1,25). Será que nós nos percebemos desta interrogação, por certo, tão próxima às nossas famílias – também vulneráveis? Também no que toca ao filho, Jesus, que perante a sua comunidade e seus irmãos era tido como louco, sendo preso e morto como um criminoso? Qual terá sido a influência de sua família (tão vulnerável) nas atitudes e comportamentos de Jesus? E mais além, o que o mistério de Deus revelado – e encarnado – tem a nos dizer a partir desta realidade?

Esses questionamentos, próximos à vida de Jesus e àquilo que a cercou, levam-nos a outras perguntas, com enfoques mais pastorais: será que esta família de Nazaré, hoje, teria acesso às nossas comunidades, aos sacramentos, e às pastorais? Qual seria a nossa atitude? Teríamos, como José, uma justiça pautada no amor de Deus e na sua misericórdia, ou não? Teríamos a coragem como Jesus, que fortalecido de sentimento de justiça sai e se dirige esperançoso em relação aos últimos desta terra, aos que mais sofrem? É possível conceber tal sentimento, de renúncia, de desprendimento, de entrega total e absoluta – uma *kenosis* (cf. Fl 2,6-9)?

Acreditamos que uma nova percepção da imagem da sagrada família de Nazaré e de Jesus e sua práxis podem nos oferecer favoráveis implicações teológicas e pastorais. Não estaria aí *o sentir da ternura*? Para pensar.

Referências

BENTO XVI. *Deus caritas est*. 8. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

BENTO XVI. *Sacramentum Caritatis*. São Paulo: Paulinas, 2007.

BOFF, Lina. A dimensão escatológica da Eucaristia. In: COSTA, Paulo Cezar. (Org.). *Sacramentos e evangelização*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 161-179.

CASTILLO, José M. *A ética de Cristo*. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. *Familia y matrimonio. Reflexiones ante el Sínodo*: < <http://blogs.periodistadigital.com/teologia-sin-censura.php/2014/10/03/p358410#more358410>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2015.

CODINA, Víctor. Eucaristía: signo escatológico. *Revista Latinoamericana de Teología*, San Salvador, v. 92, p. 199-210, may./ago. 2014.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 1968.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulinas, 2007.

FABER, Eva-Maria. *Doutrina católica dos sacramentos*. São Paulo: Loyola, 2008.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. Homilia do Papa Francisco na Basílica de Aparecida. Dia: 24 de julho de 2013. Em: <http://w2.vatican.va/content/francescomobile/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130724_gmg-omelia-aparecida.html>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

_____. Homilia do Papa Francisco na Missa de abertura do Sínodo extraordinário sobre a Família. Dia: 05 de outubro de 2014¹. Em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2014/documents/papa-francesco_20141005_omelia-apertura-sinodo-vescovi.html>. Acesso em: 24/02/2015.

_____. Saudação do Papa Francisco aos padres sinodais durante a primeira congregação geral da III assembleia geral extraordinária do Sínodo dos Bispos. Dia: 06 de outubro de 2014². Em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141006_padri-sinodali.html>. Acesso em 24 de fevereiro de 2015.

_____. Discurso do Papa Francisco no encerramento da III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos. Dia 18 de outubro de 2014³. Em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141018_conclusionesinodo-dei-vescovi.html>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*. In:<http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio.html#fn180>. Acesso em 02 de março de 2015.

KASPER, Walter. *Misericordia*. Concetto fondamentale del vangelo – Chiave della vita cristiana. Brescia: Queriniana, 2013.

_____. *Sacramento de la unidad: Eucaristía e Iglesia*. Santander: Sal Terrae, 2005.

_____. *Teología del matrimonio cristiano*. Santander: Sal Terrae, 1984.

KASPER, W. *Bíblia, Eros e Família*. Em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/528828-biblia-eros-e-familia-o-discurso-do-cardeal-walter-kasper%20>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2015.

KÜNG, Hans. *A Igreja tem salvação?* São Paulo: Paulus, 2012.

KUZMA, Cesar. Cantar com Francisco! Provocações eclesiológicas a partir da *Evangelii Gaudium*. In: AMADO, J. P.; FERNANDES, L. A. *Evangelii Gaudium em questão: aspectos bíblicos, teológicos e pastorais*. São Paulo: Paulinas/PUC-Rio, 2014, p. 195-208.

PAULO VI. *Humanae Vitae*. 10. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

TABORDA, Francisco. *Matrimônio – Aliança – Reino: para uma teologia do matrimônio como sacramento*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RATZINGER, Joseph. *Introdução ao cristianismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

SALZMAN, Todd A.; LAWLER, Michael G. *A pessoa sexual: por uma antropologia católica renovada*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2012.

SANCHES, Mário Antonio. *Reprodução assistida e bioética: metaparentalidade*. São Paulo: Ave Maria, 2013.

Cesar Kuzma. Teólogo leigo, pai de dois filhos. Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Professor do Departamento de Teologia da PUC-Rio, onde atua na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Teologia.

Endereço: Rua Marquês de São Vicente, 225
Gávea – Departamento de Teologia
22.451-900 Rio de Janeiro – RJ
ckuzma@puc-rio.br / cesarkuzma@gmail.com